

A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

Leonilde Servolo de Medeiros¹

Para refletir sobre as lutas por terra no Brasil contemporâneo é preciso levar em consideração o fato de que ela, sob diversas formas, percorreu nossa história e está subjacente a vários processos sociais e políticos que marcaram a nossa formação. Os exemplos se multiplicam no tempo e no espaço: lutas dos indígenas para preservação de suas áreas, frente à ação dos colonizadores; ocupação de terras por posseiros, desde a colonização, em busca de áreas para plantar; formação de quilombos por escravos que fugiam às condições do cativo; luta pelo acesso à terra para cultivo de alimentos por trabalhadores que viviam do trabalho em fazendas, como demonstra a literatura sobre a expansão da cafeicultura e as demandas dos “colonos do café”; a enorme afluência de famílias ao chamado do governo getulista, ainda do Estado Novo, para uma “marcha para o oeste”; as resistências de posseiros, em todos os tempos e lugares, à tentativa de sua expulsão da terra, seja pela especulação imobiliária urbana (como ocorreu no Rio de Janeiro, nos anos 1950), seja pela frente de expansão agrícola; as organizações de lavradores dos anos 1950/1960, em associações civis, suas diversas e criativas formas de resistências; a emergência das Ligas Camponesas etc. Esses são apenas fatos pontuais que podem ilustrar esse lado, por vezes esquecido, de nossa história. A ele deve se agregar uma outra dimensão que é a intensa repressão que a maior parte dessas ações sofreram. A ação dos “capitães do mato”, em busca de indígenas “rebeldes” ou de negros fugidos, que se negavam ao trabalho compulsório; a violência do poder privado sobre as populações do campo, sempre que elas, de alguma forma, negavam-se a se subordinar; a atuação do Exército na repressão aos seguidores de Conselheiro ou dos rebeldes do Contestado; a repressão policial às resistências de posseiros ocorridas em Porecatu, Formoso, ou de “foreiros” em Pernambuco e Paraíba, são indicativos de como a demanda por terra sempre foi tratada. Paralelamente, constituiu-se uma visão de mundo que recusava a possibilidade de organização e voz não só aos trabalhadores do campo, como também aos da cidade. Lembremos que, até os anos 30, a “questão operária” era lida como questão de polícia, ou seja, negada enquanto possibilidade de organização e ação na busca por direitos que diversos países do mundo já haviam consagrado.

Nas três últimas décadas, acampamentos e ocupações de terra tornaram-se uma constante no Brasil, constituindo-se na forma por excelência da luta por terra. Essas ações vêm demonstrando a continuidade e a amplitude da questão fundiária em nosso país, num contexto que também é marcado pela intensa modernização tecnológica das atividades agropecuárias e pela urbanização acelerada. Na sua articulação, destaca-se o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que tem marcado sua presença quer pela afirmação da importância da reforma agrária, quer pelo esforço de retirar esse

¹ Professora do Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq e bolsista do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj (2003/2008).

tema dos quadros estritos do meio rural e da questão fundiária, mostrando suas articulações com opções políticas nacionais, projetos de nação e modelos de desenvolvimento. Mas não apenas o MST promove acampamentos e ocupações. Nelas passaram a investir, desde os anos 90, algumas federações de trabalhadores da agricultura ligadas à estrutura sindical da Contag e, mais recentemente, sindicatos ligados à Fetraf. Surgiram também inúmeros “movimentos”, de caráter mais localizado, que fizeram dos acampamentos e ocupações as formas por excelência de luta. Sigaud (2000) usa a expressão “forma acampamento” para dar conta dessa proliferação de ações e indicar como, por meio dessa “forma”, as populações envolvidas acabam publicizando suas demandas. Na mesma lógica, Rosa (2004) fala na “forma movimento”.

Pretendemos, aqui, apresentar alguns dos traços do MST (princípios constitutivos, formas de ação, caminhos pelos quais suas demandas vêm sendo traduzidas na linguagem da lei e dos direitos e trabalhadas na relação com o Estado e com outros segmentos sociais). Assumimos a perspectiva de pensar esse movimento como um “inovador cultural”, no sentido usado por Alexander (1998), capaz de estimular “mudanças de comportamento, visões de mundo” (Neves, 1998). Sob essa perspectiva, ele pode ser considerado como um importante agente da modernização da nossa sociedade.

As origens do MST: breve contextualização

As intensas lutas por terra que ocorreram nos 20 anos que antecederam o golpe militar de 1964, e que foram importantes para a consolidação da reforma agrária como uma bandeira encampada por diferentes vertentes das lutas no campo, sofreram um forte revés com o fim da democracia. Mas nem por isso o tema saiu de cena. A aprovação, ainda em 1964, do Estatuto da Terra e de uma emenda constitucional que permitia o pagamento das terras desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária com títulos da dívida pública inscreveu o tema da mudança fundiária nos códigos legais e gerou instituições próprias para tratá-lo: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em 1970 fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, essa institucionalização não resultou em ações redistributivas significativas. Como resultado, ao longo dos anos 1970, a luta de resistência na terra, embora de forma surda e atomizada, continuou em todo o país, fazendo com que a bandeira da reforma agrária fosse um componente importante das demandas do sindicalismo rural, apesar de sua fragilização durante o regime militar.

Com efeito, durante toda essa década, a Contag denunciou conflitos existentes em diversos pontos do país e pediu a desapropriação das áreas envolvidas. Nesse período, cunhou-se o que a literatura chamou de “via administrativa” de ação, caracterizada pelo envio de ofícios aos mais diversos ministérios e agências estatais. Essa via revelou-se ineficaz e a expulsão de famílias em áreas de conflito se fazia com velocidade e vigor inesperados. Frente a esse quadro, a partir de meados dos anos 1970, começou-se a discutir, em vários pontos do país, o que era considerado “imobilismo sindical” ou “peleguismo” (termos acusatórios e depreciativos, próprios à luta política). Com apoio principalmente de agentes de pastoral e padres e bispos ligados à Teologia da Libertação, iniciou-se um

molecular processo de organização e formação de “oposições sindicais”. Tratava-se de um movimento de crítica às práticas sindicais vigentes e de busca de novas alternativas quer para posseiros, pressionados pelo avanço da fronteira agrícola, quer para pequenos produtores de áreas de ocupação antiga, que se viam acudados pelo processo avassalador de modernização tecnológica, endividados e sem perspectivas de continuarem a se reproduzir como pequenos produtores e de garantir aos filhos o acesso à terra. Também se constituíram “movimentos”, que se organizavam por caminhos próprios, por vezes mantendo laços com o sindicalismo, mas com autonomia em relação a ele. Entre eles podem ser citados o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Seringueiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

As Pastorais da Terra regionais tornaram-se o principal ponto de apoio das lutas emergentes, não só em termos de fornecimento de uma linguagem específica para sua expressão, mas também de toda a infra-estrutura necessária. Aos poucos difundiu-se uma leitura da Bíblia onde o tema da terra aflorava e as lutas eram legitimadas. Adotaram-se, também, num processo de constituição de novas formas de auto-identificação, categorias que rompiam com as marcas locais e, ao mesmo tempo, afirmavam dimensões identitárias do movimento emergente. Assim, termos originalmente correntes, como “colonos sem terra”, “lavradores”, “arrendatários”, foram sendo substituído por “trabalhadores sem terra”, “seringueiros”, “atingidos”, apontando simultaneamente para a dimensão do trabalho e da privação das condições de realizá-lo de forma autônoma.

Ao mesmo tempo, discutiam-se novas formas de ação e pressão que pudessem recolocar a questão da terra na ordem do dia, num momento em que, tanto no campo político, como no acadêmico, muitas vezes se erguiam para afirmar que a questão agrária estava superada pela modernização tecnológica, que a produção de alimentos para o mercado interno estava resolvida e, portanto, caminhava-se para a superação da pobreza e da fome.

O final dos anos 1970 reflete esse processo molecular de organização e também aponta para uma mudança nas linhas políticas do próprio sindicalismo rural, como o demonstram as decisões do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979. Tratava-se de uma conjuntura de efervescência social e política, que criava as condições para que essas lutas se articulassem, auto-alimentassem e ganhassem visibilidade e reconhecimento. É o tempo das greves do ABC, das lutas pela anistia, dos movimentos contra carestia, pela liberdade de organização partidária etc.

Foi nesse contexto que ocorreram as greves dos canavieiros em Pernambuco, as mobilizações dos pequenos produtores do Sul do país por melhores preços para seus produtos, os “empates” de derrubada de florestas pelos seringueiros no Acre etc. Esse foi o tempo também das primeiras ocupações de terra no noroeste do Rio Grande do Sul (glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e Sarandi, em Rondinha). Simultaneamente, no sudoeste do Paraná, intensificavam-se os conflitos envolvendo agricultores que estavam sendo deslocados pela construção da hidrelétrica de Itaipu, gerando o Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). No oeste catarinense, foi ocupada a fazenda Burro Branco. Essas iniciativas, a princípio sem visível articulação entre si, começaram a se agregar por meio do trabalho da Comissão Pastoral da Terra e a se

expandir, culminando na constituição do MST, num encontro realizado em Cascavel, no Paraná, em 1984.

Essas ações anunciavam a emergência de novos atores e de novas formas de luta e trouxeram à luz uma das faces das transformações profundas que a economia e a sociedade brasileira atravessavam, num momento em que o sul do país aparecia como um dos exemplos mais bem sucedidos da modernização agrícola. O recém lançado livro de Eduardo Scolese (Scolese, 2008) e uma tese de doutorado há pouco defendida no CPDA/UFRRJ por Débora Lerrer (Lerrer, 2008) ilustram a saga dos pioneiros organizadores do MST e apontam alguns traços de seu perfil: no geral, filhos de pequenos agricultores pauperizados, vários deles oriundos de famílias com história de migração por várias partes do país em busca de terra e trabalho, com baixo grau de escolarização e que começaram sua vida de militantes nos encontros de Igreja, comunidades eclesiais de base.

Formalmente criado em 1984, o MST contou, no momento de sua fundação, com representantes de 11 estados. No entanto, os três estados do Sul se constituíram no pólo político do movimento. Nos anos 1990, ele se expandiu por todo o país e se consolidou como o principal porta-voz da luta pela terra.

Desde sua origem, o MST tem representado uma novidade política na cena brasileira, por suas formas de luta, organização e propostas. Trata-se de inovações que foram se fazendo tanto a partir das experiências do público envolvido, com suas histórias particulares de lutas e das lideranças que foram se constituindo, quanto também de uma interlocução e concorrência política com outros atores em cena, em especial com o sindicalismo rural. Mas também se desenvolveram a partir das disputas com as organizações patronais, que reagiram com violência às ocupações, e com as instituições estatais (ministérios e agências diversas) que ora reprimiam, ora absorviam algumas demandas.

Um novo ator: novas identidades

Ao longo dos últimos 25 anos, o público que vem engrossando ocupações e acampamentos tem apresentado um perfil diversificado, trazendo tensões para o interior das concepções originais do MST.

Nas origens dessa organização, os que se dispunham a acampar e ocupar terras eram pequenos produtores do Sul do país que haviam perdido suas terras ou por pressão explícita, como é o caso dos colonos expulsos pelos índios caingangues da Reserva de Nonoai ou, de forma mais sutil, no caso dos que acabaram vendendo sua propriedade pelos efeitos da modernização da agricultura que elevou os preços dos ativos fundiários e introduziu novas tecnologias. Muitos dos pequenos agricultores, na tentativa de acompanhar esse processo, acabaram se endividando e vendo-se obrigados a se desfazer do que tinham. Muitos deles migraram em busca de terras no Mato Grosso, no Pará, Rondônia etc. Alguns foram bem sucedidos, outros acabaram também perdendo o que tinham e voltando. Nas áreas modernizadas do Sul, muitos arrendatários e parceiros também não mais encontraram quem lhes cedesse terras, tomadas agora por novos tipos de cultivos, pupadores de mão de obra.

A expansão do MST para além de seu local de origem foi aos poucos mostrando outros perfis possíveis de “sem terra”. No Rio de Janeiro e em algumas regiões de São Paulo, por exemplo, quem se mobilizava eram trabalhadores de há muito expropriados, que já tinham passado por experiências de trabalho urbano e que viam na oportunidade de acesso à terra, para além de um espaço de reconstituição de um modo de vida como agricultor, também um local de moradia onde seria possível combinar atividades de produção agrícola com os mais diversos tipos de ocupação nas cidades próximas, principalmente no setor de serviços.

No sul da Bahia, onde a produção de cacau estava assolada por forte crise, e no nordeste canavieiro, agregaram-se à luta por terra trabalhadores que sempre viveram como “moradores” e sob o controle rígido de um “patrão”. Pela crise desses cultivos, grande parte deles viu-se sem outra oportunidade de inserção. No sertão cearense, também foram antigos “moradores” de fazendas decadentes que atenderam ao chamado do MST, rompendo os laços anteriores de fidelidade. Em algumas áreas do Pará, mobilizou-se parte da leva de migrantes que ocorreu para a região para exploração de minérios e que, frente ao esgotamento de oportunidades, ficaram disponíveis, em busca de outras alternativas de sobrevivência. Esse segmento juntava-se aos que foram, nos anos 1960 e 1970, em busca de terras, fixaram-se como posseiros e acabaram sendo deslocados pelos grandes investimentos empresariais, que obtinham concessões de terras públicas.

Para além da inesgotável lista dos perfis de trabalhadores que se dispuseram a entrar na luta por terra e de situações particulares que criaram condições para sua mobilização, o importante a reter é a diversidade de situações que rapidamente o MST teve que incorporar, o que implicou em desafios para uma organização que recém se constituía e que buscava expandir para o país não só uma determinada forma de luta, mas também princípios de produção e organização fundados na experiência dos “colonos” do Sul, de onde provinham suas mais importantes lideranças. O choque de valores foi inevitável.

A constituição do MST se fez concomitantemente à formação de uma nova identidade – “sem terra” -, termo que permaneceu como símbolo do vínculo com o MST, mesmo após as famílias serem assentadas, e que se difundiu para além dessa entidade, identificando grupos e demandas sociais que não se expressavam por meio da organização MST, mas que colocavam o acesso à terra no centro de suas demandas.

No final dos anos 1990, em função de sua articulação com a Via Campesina, o MST também reativou a categoria “camponês”, remetendo a um modo de vida, a um conjunto de valores a ser resgatado/preservado. Se o termo camponês muitas vezes aparece na literatura como expressão do atraso e de um modo de vida superado pela modernização, ele agora passa a ser reafirmado como expressão de valores ligados à preservação ambiental e da biodiversidade, à produção de alimentos, em especial para mercados locais, à soberania alimentar, à diversidade cultural e, principalmente, à crítica a um modelo de agricultura baseado no agronegócio (entendido como produção em larga escala, com base em monoculturas, altamente tecnificado, voltado para o mercado externo e controlado por grandes empresas de comercialização e produtoras de insumos). Sob essa perspectiva, no debate político, “camponês” vem, em diversas circunstâncias, se opondo a “agricultor familiar”, na medida em que o MST reduz esse termo, utilizado quer pelo sindicalismo,

quer pelas políticas públicas, à sua dimensão econômico-produtiva, com possibilidade de uma relação estreita com o agronegócio.² Para o MST, o termo “camponês” remete à utopia de uma sociedade mais igualitária e solidária.³

O trabalho organizativo

Na sua origem, o MST tinha vínculos muito estreitos com as “oposições sindicais”, uma vez que ambos surgiram no mesmo berço político. Nos momentos iniciais de sua história, o MST definia-se, inclusive, como uma articulação no interior do sindicalismo. Aos poucos, porém, passou a constituir uma proposta própria, articulada com os seus objetivos e formas de ação, que exigiam uma estrutura mais flexível e ágil que a sindical. É assim que, também aos poucos, se autonomiza em relação à Igreja, embora mantendo alianças e vínculos com alguns segmentos dela.

Na estrutura organizativa do MST não há qualquer mecanismo formal de filiação (preenchimento de cadastros, pagamento de mensalidade etc): é do Movimento quem se identifica com suas bandeiras e se envolve com suas atividades em qualquer lugar e em qualquer tempo. No geral, participam famílias inteiras e não indivíduos como tal, em especial quando se trata de acampamentos, ocupações e atividades nos assentamentos.

Ao longo da trajetória do MST, a adesão foi além dos que queriam terra estritamente para trabalho e visavam reproduzir um modo camponês de existência, perfil que, grosso modo, correspondia ao dos que, nos primeiros momentos, engrossaram acampamentos e ocupações. Em função da diversidade nacional e ainda dos diferentes grupos sociais que o MST se dispõe a mobilizar, passaram a ouvir o seu chamado segmentos que buscavam também segurança de moradia, possibilidade de combinar atividades agrícolas com outras ocupações etc. Por outro lado, os que conseguiram terra e se tornaram “assentados” também foram estimulados a continuar participando, uma vez que novas necessidades se colocavam. À medida que crescia a visibilidade social e o reconhecimento político do MST, passaram a integrá-lo também os que abraçaram a sua causa e se dispuseram a apoiá-la politicamente, como é o caso de estudantes e intelectuais. Ser do MST significa, pois, estar envolvido em alguma forma com o Movimento, um envolvimento que pode se romper a qualquer momento, em função de quebra de fidelidades pessoais, divergências locais de interesses, descontentamentos os mais diversos.

Do ponto de vista organizativo, os “núcleos” agrupam famílias e/ou vizinhos de um acampamento ou assentamento para discutir, por exemplo, problemas locais, crédito, produção, escolas, saúde, estradas etc. A proposta organizativa envolve níveis sucessivos de coordenação (de assentamentos e acampamentos; coordenações regionais, estadual e nacional), num esforço de rompimento com a estrutura presidencialista que é a marca da

² É importante chamar a atenção que, no geral, as bases do MST, da Contag ou da Fetraf não apresentam diferenças econômicas e sociais claras entre si. Assim, os termos “camponês”, “agricultor familiar” e outros aparecem no texto como identidades políticas, que revelam adesões e pertencimentos.

³ O termo utopia está sendo utilizado aqui no sentido sociológico do termo e não do senso comum. Aponta, assim, para novas propostas de vida e organização, cuja busca implica em uma possibilidade socialmente construída, que exige investimento organizativo, formação de alianças etc..

tradição organizativa em nossa sociedade. Essa é uma inovação importante, que moderniza as estruturas organizativas existentes. Entre essas coordenações são escolhidas as direções, sempre plurais, no sentido de compostas por várias pessoas, procurando evitar a cristalização de uma única figura de dirigente e, nos últimos tempos, paritárias no que se refere a gênero. Paralelamente, há os “setores” (educação, saúde, produção, comunicação etc) que se dedicam a temas específicos; os coletivos (de mulheres, de cultura) e o sistema cooperativista dos assentados (SCA) que abrange diferentes frentes de atividades relacionadas à produção/comercialização/agroindustrialização agropecuária, tais como tecnologia, crédito, administração, planejamento, comercialização forma de organização do trabalho etc (Fernandes, 2000).

A dimensão produtiva

A análise das dimensões programáticas do MST mostra que elas apontam para uma revalorização do campo, por um lado, e para uma mudança de “modelo de desenvolvimento”, por outro.

Nos primeiros momentos de sua história, a luta do MST estava voltada estritamente para a conquista de terra para agricultores que não tinham acesso a ela. Aos poucos, a própria dinâmica da luta pela terra, as condições de implantação dos assentamentos, as dificuldades encontradas pelos assentados, mostraram outras faces da questão. Temas como produção nos assentamentos, vinculação com mercados, crédito, financiamento etc, bem como a forte resistência a transformações fundiárias pelos interesses ligados à propriedade da terra foram, aos poucos, levando o MST a ampliar suas demandas. Nesse processo, percebeu que a questão central estava no próprio modelo de desenvolvimento, baseado nas grandes unidades produtivas, nas opções tecnológicas incentivadas pelas políticas públicas que valorizavam, antes de mais nada, as grandes escalas e a agricultura de exportação, na valorização do urbano em detrimento do rural. Foi-se consolidando a concepção da necessidade de um “novo modelo de desenvolvimento” (esse foi um mote também de outras organizações no campo, inclusive do sindicalismo rural)⁴ como fundamento para transformações sociais de amplo espectro. Entre os traços desse novo modelo está a recusa ao agronegócio e todas suas implicações econômicas, sociais, políticas e ambientais, a busca de novos formatos tecnológicos, por meio da defesa da agroecologia, a valorização da produção “camponesa”, voltada para mercados regionais e locais etc.

Se a mudança de modelo aparece como um horizonte a ser buscado e é um importante componente do discurso político voltado para públicos mais amplos, o trabalho cotidiano de construção de sua “base” é o aspecto mais tangível da prática do MST. Por meio dele, o MST investe na ressocialização dos que aderem às suas propostas, tanto no que se relaciona à lógica produtiva, como também a concepções políticas.

No conjunto, pode-se dizer que o MST busca produzir o reconhecimento social e político dos trabalhadores do campo, tirando-os da invisibilidade, construindo-os como

⁴ Pode-se levantar a hipótese de que a própria concorrência pela representação política dos trabalhadores do campo teve um papel importante na renovação de bandeiras e formas de luta.

grupo social e como ator coletivo. Isso se faz por meio da criação de fatos políticos (acampamentos, ocupações de terra e de órgãos públicos, romarias, marchas) que permitem que eles exponham para a sociedade a precariedade de suas condições de vida e os seus anseios, e que provoquem intervenção do Estado em seu favor, por meio do redirecionamento das políticas públicas.

Para entender a vitalidade de sua proposta e as forma como tem se posicionado em relação às políticas públicas, é importante ressaltar a teia de relações que o MST teceu com entidades internacionais (como é o caso da Via Campesina, por exemplo, e algumas ONGs), também difusoras de um conjunto de novos valores relacionados à preservação da diversidade dos grupos sociais, de seus modos de vida e de suas culturas. É nessa rede, crítica do aplastamento do local e do particular, que se constitui a defesa da produção de alimentos como condição não apenas para a segurança alimentar, mas da soberania alimentar, entendida como o direito que os povos têm a definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, com base numa produção “camponesa” diversificada. É por esse caminho que se faz ainda a crítica da produção em escala, voltada para o comércio internacional, baseada no modelo do agronegócio e, conseqüentemente, ao apoio governamental que esse setor tem recebido ao longo do tempo. Não por acaso, a luta contra os transgênicos constitui-se hoje numa das principais bandeiras e focos da disputa política, na medida em que a difusão dessa tecnologia implica em patenteamento das sementes e, portanto, ameaçam a própria reprodução “camponesa”.

Cooperação na produção

As lutas por terra empreendidas desde o final dos anos 190, tanto pelo MST quanto pelo sindicalismo rural levaram à constituição de um número significativo de assentamentos rurais. Os assentamentos sob influência do MST, nos anos 1980, localizaram-se sobretudo no sul do país, região onde ele concentrara suas ações nos primeiros anos de sua história, e envolveram quer ações dos governos estaduais que acabaram usando, em situações de extrema tensão, o expediente da compra de terras para assentar famílias, quer por ações de desapropriação pelo governo federal. Para o MST, a existência desses assentamentos desde logo colocou a questão de como organizar essas novas unidades criadas de forma a que elas se tornassem exemplo das virtualidades contidas na reforma agrária e servissem como estímulo à continuidade da luta. Tratava-se também de fazer com que elas pudessem se tornar experimentos de novas formas de organização, que apontassem para novos arranjos sociais e formas de relacionamento, baseados na cooperação e não na competição.

Já no final dos anos 80, o MST começou a experimentar formas coletivas de produção, procurando incentivar formas de organização que preservassem/construíssem valores baseados na solidariedade. A divisão de trabalho resultante era vista como um caminho para tornar mais densa a vida social nos assentamentos. Fazia parte ainda da sua proposta a necessidade de, por meio da exploração coletiva, obter facilidades no acesso a crédito e a adoção de tecnologias cujo uso seria inviável em produções de pequena escala. No entanto, desde o início, houve muita resistência dos assentados a essas propostas. Hoje

está disponível uma enorme quantidade de estudos de caso que mostram um certo distanciamento entre o momento da luta pela terra (construtor de um “nós”) e o posterior, do assentamento, onde se colocam questões concretas em torno da sobrevivência, de como produzir, construir a casa, reestruturar a vida. Esses dois momentos têm sido marcados por tensões e conflitos entre as propostas do MST e o cotidiano dos assentados. Trata-se de um tempo crucial em que a afirmação do ideal dos assentamentos como espaços de produção, cooperação, gestação de novas formas de organização se confronta com as histórias de que cada família é portadora, com seus desejos e expectativas. Essas tensões, constitutivas da vida social, acabaram sendo apropriadas e trabalhadas de diferentes maneiras.

Há várias indicações, na história do MST, de que esses conflitos contribuíram para reajustes de propostas. No caso da proposta de cooperação agrícola, ela acabou se mantendo principalmente entre membros de uma mesma família extensa, mostrando que para a implementação desse novo formato organizativo, outros elementos se faziam necessários, envolvendo redes de relações pessoais, confiança mútua.

Os que abriram mão de sua participação em cooperativas, insistindo no acesso a um lote para trabalho com a família, passaram ou a trabalhar de forma totalmente individualizada, ou com base em associações com fins específicos, como é o caso de associações de máquinas ou de cooperativas exclusivamente para venda de produtos e/ou compra de insumos etc. Chama a atenção o fato de que, mesmo rompendo com algumas das propostas do MST, muitos assentados atribuem a sua mudança de situação à ação dessa organização.⁵

Da ênfase em formas cooperativas de trabalho resultou a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados, para difundir e estimular a cooperação nos estados onde o MST age. Em 1992, formou-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), com base em quatro cooperativas centrais estaduais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo).

Passados quase quinze anos de sua organização o SCA conta com mais 160 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros e organizadas em centrais estaduais e na Concrab, a nível nacional. Atualmente, são três os tipos de cooperativa: as de Produção Agropecuária (CPA), de Prestação de Serviços (CPS) e de Crédito. Paralelamente, há inúmeros grupos coletivos, semi-coletivos e associações. Algumas delas parecem bastante bem sucedidas.

Ao longo da história do MST esse foi um dos principais pontos de conflito, tanto maior quanto mais a organização se expandia por outras regiões, com outras tradições históricas, em razão da resistência dos assentados a aceitar um modelo que fugia de suas experiências. Se os modelos que enfatizam a cooperação inspiram-se num formato fundado na racionalidade do empreendimento, tendo em vista tanto as necessidades de reprodução do Movimento quanto a de se inserir de forma consistente nos mercados locais e regionais, a realidade mostrou um forte desencontro entre essa racionalidade e a que preside a tomada de decisões no âmbito das famílias, regida por princípios distintos.

⁵ O documentário *Sonho de Rose*, realizado por Tetê Moraes expressa bem esse conjunto de ambigüidades internas aos assentamentos onde o MST tem hegemonia.

Educação

A educação adquiriu, ao longo da trajetória do MST, um papel chave, seja por meio do estímulo à escolarização formal, seja nos cursos de formação, em seus diferentes níveis. As famílias que estavam na base do movimento nos seus primeiros tempos tinham na escola um forte valor. Os acampados, já no início do MST, tinham fortes laços familiares e de vizinhança (e foi o que garantiu a permanência dessa forma de luta). Acampar e ocupar são atos que envolvem não somente indivíduos, mas a família, e que se prolongam por largos períodos de tempo. Isso trouxe a necessidade de desenvolver atividades com as crianças. A demanda por escolas se tornou, assim, constitutiva da luta pela terra no Sul e generalizou-se como um valor na medida mesmo em que o MST se nacionalizava.

O desdobramento foi a elaboração de uma proposta pedagógica própria, pela qual o processo educativo, além da formação escolar, propõe-se a também forjar uma identidade, pela reiteração de símbolos, valores e propostas do MST. Surgiu assim uma “pedagogia da terra”, por meio da qual procura-se valorizar as lutas dos trabalhadores do campo, as suas formas de expressão culturais etc. Também foi ampliada a abrangência da escola, envolvendo educação de jovens e adultos, crianças ainda fora da idade de escolarização formal (“cirandas”), cursos de formação de professores, cursos técnicos (agrotécnico, administração de cooperativas etc, na lógica do estímulo à produção com base em novos princípios organizativos e tecnológicos) e, mais recentemente, parcerias com universidades públicas para cursos superiores (agronomia, história, geografia, pedagogia).

O desdobramento dessa concepção é a tese de uma educação “do campo”, entendida como aquela que valoriza o campo e seus personagens e não os estigmatiza. A concepção é que é preciso estudar para viver no campo e não para abandoná-lo.

Paralelamente, há também cursos de formação, onde se estudam autores vários, brasileiros e internacionais, conjuntura etc.

Para a construção desse edifício, um princípio básico é o trabalho voluntário. Um exemplo digno de nota foi a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, uma escola de formação de militantes, toda ela com base no trabalho de acampados e assentados de diversos pontos do país, que se revezavam por períodos de cerca de 15 dias a um mês. Nesse processo, combinava-se durante o dia o trabalho braçal (fazer tijolos, levantar paredes, fazer acabamento etc) e, à noite, o estudo, orientado por professores especializados.

As ações espetaculares

Uma das características do MST são as ações espetaculares, com o objetivo de produzir a visibilidade do grupo e das demandas que traz. É por meio de eventos públicos que determinados temas são colocados em evidência e em debate. Difundem-se assim concepções sobre o significado da luta, natureza da reforma agrária, modelos de desenvolvimento e destinos da nação. Uma frase de João Pedro Stedile sintetiza o sentido da espetacularização promovida pelo MST: “Os pobres existem por aí dispersos e ninguém

se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação, ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar” (Stedile e Fernandes, 2001: 113).

Ao longo das últimas décadas constituiu-se quase que um consenso entre os pesquisadores da questão agrária brasileira de que ocupações e acampamentos têm sido o principal impulsionador da realização de desapropriações e assentamentos.

No entanto, a espetacularização tem outras dimensões. No caso das marchas, por exemplo, evidencia-se um grupo cooperativo, organizado, disciplinado, buscando interlocução. Dessa ótica elas têm sido uma dimensão importante da construção da imagem pública do MST, num esforço de se contrapor àquela que costuma ser dele apresentada nos meios de comunicação, que tendem a tratar o Movimento como expressão de “perturbação da ordem”. Trata-se de eventos que operam numa lógica com múltiplos sentidos: mobilizar, demonstrar força (seja pelo número de participantes, seja pela sua capacidade organizativa), celebrar e construir um “nós”, produzir envolvimento e emoção.

A reiteração e difusão dos valores caros ao MST e a adesão aos seus princípios é permeada por uma outra prática que é uma das marcas do modo de fazer política do MST: o envolvimento das emoções, dos desejos, das utopias: a mística. Com clara influência dos rituais da Igreja Católica, a mística mobiliza as emoções, o pertencimento a um grupo e é o próprio cerne da constituição do “nós”. A mística envolve desde a valorização de símbolos (bandeira, boné, palavras de ordem, a lona preta) que ajudam a produzir e a afirmar a identidade, como o culto de datas e personagens. Faz parte dela também a dramatização de situações, de forma a ressaltar aspectos da vida que se quer negar ou afirmar, caricaturizar opositores e difundir utopias. Nos momentos de mística, tudo que se refere ao cotidiano é transformado em símbolos. Essa dimensão simbólica dos eventos políticos é constitutiva da própria história das lutas sociais, como nos mostra Michelle Perrot, quando descreve a criação do Primeiro de Maio como evento operário ou quando se refere aos rituais das greves operárias (Perrot, 1988).

Uma outra dimensão do permanente uso e criação de símbolos inerentes à prática do MST é sua narrativa de alguns fatos históricos, afirmando positivamente o que não é visível na narrativa histórica dominante, construindo uma espécie de família de eventos e de lutas, tendo as resistências “camponesas” por eixo. Mais do que reconstrução, trata-se da celebração da resistência popular, por meio da valorização de determinadas figuras da história brasileira, já conhecidas do grande público, mas que são apresentadas sob novos sentidos (Zumbi, Antonio Conselheiro) e do resgate de líderes locais ou regionais (como Sepé Tiarajú, Zé Pureza, Oziel Alves, Sebastião Lan) e internacionais (Guevara).

Relação com o Estado

Na sua trajetória, o MST desenvolveu um modo próprio de se relacionar com o Estado e com a lei, tensionando o corpo institucional-legal, mas sem romper com ele. As ações mais características do MST, os acampamentos e as ocupações de terra, buscam se legitimar a partir do aparato legal existente, por meio da apropriação do conceito de função social da terra, expresso na Constituição brasileira. A ocupação é assim apresentada como um ato que visa fazer com que as terras cumpram sua função social e, portanto, procura-se

legitimá-la também no que se refere aos imóveis escolhidos, tendo em vista as possibilidades reais de desapropriação.

Dessa forma, o acesso à terra passa a ser construído como um direito, bem como a obtenção de condições para seu uso adequado de forma a melhorar as condições de vida das famílias. Frente a isso, o MST disputa também fundos públicos para os assentamentos, seja sob a forma de crédito para apoio à produção, recursos para educação, para a viabilização de cooperativas etc. Como a lógica das políticas públicas é sujeita aos jogos de força presentes na sociedade, as mobilizações de diversos tipos contam decisivamente para direcionar esses recursos, em especial em contextos de crise econômica ou escassez orçamentária.

Nessa relação com o Estado, pressionando por políticas públicas voltadas para suas "bases", negociando seu conteúdo, cobrando cumprimentos de metas e projetos, o MST tem feito um enorme investimento, buscando manter um complexo equilíbrio entre negociação e capacidade mobilizatória.

Considerações finais

A partir de suas concepções teóricas e de suas práticas, o MST tem buscado atuar na provocação das mudanças que deseja, questionando formas de dominação (econômica, política, cultural etc) e buscando o reconhecimento de um grupo social e dos direitos por eles reivindicados, dispondo-se a alterar códigos sociais, em especial no que se refere à valorização do campo como espaço de vida e sociabilidade e diluindo a oposição que tradicionalmente se faz entre cidade como sinônimo de progresso, de lazer, cultura, bem estar e campo como lugar da precariedade, da pobreza e da ignorância.

Pode-se dizer que, em certa medida, o MST tem tido um papel importante na modernização da sociedade brasileira, insistindo nas questões relativas a direitos à terra, impondo a discussão da relação entre direito individual e direito coletivo.

Bibliografia referenciada

Alexander, Jeffrey. 1998. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 37

Fernandes, Bernardo Mançano. 2000. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Lerrer, Débora Franco. 2008. *Trajetórias de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ. (Tese de Doutorado).

Neves, Delma Pessanha. 1998. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In Ferreira, Ângela Duarte Damasceno e Brandenburg, Alfio (orgs.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR.

Perrot, Michelle. 1988. O primeiro de maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In Michelle Perrot. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rosa, Marcelo de Carvalho. 2004. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 47, n. 3.

Sigaud, Lygia Maria. 2000. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana.. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 58.

Scolese, Eduardo. 2008. *Pioneiros do MST. Caminhos e descaminhos dos homens e mulheres que criaram o movimento*. Rio de Janeiro: Record

Stedile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano. 2001. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.